



Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU
Ata da 181ª (Centésima Octogésima Primeira) Reunião Ordinária
Dia 27 de agosto de 2010

Às 10:00 (dez) horas do dia 27 de agosto de 2010 (dois mil e nove), na sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Controle e Desenvolvimento Urbano e Obras, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU sob a presidência do suplente do presidente, Dr. Isaac Azoubel Abram. Havendo número legal, o suplente do presidente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da 180ª Reunião Ordinária, realizada no dia 09 de julho de 2010. 2) Análise do processo nº 07.24067.8.07 – Condomínio residencial horizontal, localizado no Km 05 da Estrada da Mumbeca – Guabiraba. Relator, conselheiro Eduardo Fernandes de Moura, representante da ABIH. 3) Apresentação **VIA MANGUE** – projeto viário da Prefeitura para a Zona Sul do Recife. Dr. Isaac Azoubel Abram, suplente do presidente do CDU. 4) Apresentação dos Relatórios Técnicos do ano de 2009, e do primeiro semestre de 2010, analisados na Comissão de Controle Urbanístico – CCU. Dra. Taciana Sotto-Mayor, diretora da DIRURB. 5) Informes/Outros. Estiveram presentes os conselheiros, Dr. Isaac Azoubel Abram, suplente do presidente, Dra. Taciana Sotto - Mayor Porto Chagas, Diretora da DIRURB/SCDUO (titular), Dr. Fábio Henrique de Souza Macêdo, Assessor da Sec. Finanças (suplente), Dra. Flávia Cardoso Ferro, Assessora Técnica da Sec. Assistência Social (titular), Dra. Juliana Gonçalves Correia de Albuquerque, Procurada Judicial - SAJ (suplente), Dra. Sueny Barkokebas Cavalcanti, representante da Secretaria de Educação (suplente), Dra. Ana Maria Costa Magalhães, representante da SANEAR (suplente), Dra. Débora Vieira Chaves Mendes, Diretora Presidente da URB/Recife (titular), Dra. Maria do Carmo de Albuquerque Braga, representante da Ag. CONDEPE/FIDEM (titular), Dr. Antônio Benévolo Carrilho, representante da FIEPE (suplente), Dr. Bruno Cortez Uchoa de Miranda, representante da ACP (titular), Prof. Ney Brito Dantas, representante do CREA/PE (suplente), Dr. Miguel Romualdo de Medeiros, representante do CORECON/PE (titular), Dr. João Domingos Petribú da Costa Azevedo, representante do IAB/PE (titular), Dr. Félix Cantalício Sampaio de Sá, representante da ADEMI/PE (titular), Dr. Eduardo Fernandes de Moura, representante da ABIH (suplente) e o Sr. Antônio Carlos Santiago dos Santos, representante do MNLN/PE (titular). Em seguida, Dr. Isaac deu posse ao conselheiro Antônio Carlos Santiago dos Santos, como membro titular, representante do MNLN/PE, passando em seguida para o primeiro item da pauta - Aprovação/Assinatura da Ata da 180ª Reunião Ordinária, realizada no dia 09 de julho de 2010. Ata aprovada. Dando prosseguimento, passou para o segundo item da pauta - Análise do processo nº 07.24067.8.07 – Condomínio residencial horizontal, localizado no Km 05 da Estrada da Mumbeca – Guabiraba, convidando o arquiteto Bruno Ferraz, responsável pelo empreendimento, para fazer a apresentação visual do projeto. O arquiteto iniciou apresentando dados do MEMORIAL JUSTIFICATIVO DE EMPREENDIMENTO DE IMPACTO,



Condomínio Vale do IpêGuabiraba, Recife PE. O Plano Urbanístico para execução de Condomínio pró indiviso denominado Vale do Ipê, Guabiraba – Recife. “Área 53.273,71 m². Imagens do terreno. Em seguida, apresentou o QUADRO DE ÁREAS: Terreno: 53.273,71 m², Solo natural com vegetação: 42.660,40 m² (80%), Área de mata existente: 11.739,86m², Área verde do conjunto: 21.806,10 m², Área verde das posses localizadas: 9.114,40 m², ARRUAMENTO: 4.482,06 m², Solo permeável: 4.157,75 m², Solo impermeável: 324,31m², EDIFICAÇÕES: 6.131,25 m², Guarita, Salão de Festas, Lixo: 356,25 m², Área de Construção máxima edificável: Térreo: 175,00 m², 1º Pavimento: 175,00 m², POSSES LOCALIZADAS (33): 14.889,40 m². 1 = 507,85 m², 2 A 12 = 448,98 m² X 11 = 4.938,78 m², 13 a 20: 449,54 m² x 8 = 3.596,35 m², 21 a 33: 449,72 m² x 13 = 5.846,40m². Continuando, apresentou imagem da Avaliação de Impacto Ambiental – AIA, apresentando a conclusão: “Após as realizações desta Avaliação de Impactos Ambientais, a equipe técnica que elaborou o trabalho concluiu que é recomendada a alternativa de utilização do imóvel como Condomínio Residencial. Os impactos previstos com a implantação e operação do condomínio proposto têm pouca importância para a área, sendo o uso residencial com baixa densidade um dos indicados para uma Zona de Proteção Ambiental, uma vez garantida a preservação da Mata Atlântica.” Prosseguindo, o arquiteto Bruno, apresentou o IMPACTO SOBRE A INFRAESTRUTURA BÁSICA: Existente Local: ÁGUA: sem água, ESGOTO: sem esgoto, DRENAGEM: natural, ENERGIA: alta tensão e TELEFONIA: disponível. PROPOSTA PROJETO: ÁGUA: poço, ESGOTO: fossa, DRENAGEM: natural, ENERGIA: projeto com transformador e TELEFONIA: central telefônica com 40 ramais. Em seguida, mostrou o IMPACTO SOBRE O MEIO AMBIENTE NATURAL E CONSTRUÍDO, Detalhado no documento da AIA – Avaliação de Impacto Ambiental, o IMPACTO SOBRE OS TRANSPORTES: O estudo conclui que não serão alterados os níveis de serviço, no fluxo de tráfego da área, pois trata-se de um Condomínio pró-indiviso de 33 posses localizadas para construção de habitações residenciais unifamiliares, que irão proporcionar um acréscimo irrelevante de no mínimo 33 veículos e no máximo 99 veículos ao já reduzido fluxo de tráfego da Estrada da Mumbeca. Mostrou também a Publicação no Diário Oficial do Estado em 22/07/2010 pág 25, e para concluir, apresentou a Conclusão: “Após o cumprimento do que determina a legislação municipal, a empresa elaborou documento de Avaliação de Impacto Ambiental, bem como os fundamentados memoriais de impacto sobre infra-estrutura básica e impacto sobre meio ambiente natural e construído do empreendimento, os quais concluíram que não seriam alterados os níveis de serviço, no fluxo de tráfego da área, como também pela pouca relevância no impacto sobre da infra-estrutura básica instalada e meio natural e construído local.” Concluída a apresentação, Dr. Isaac Azoubel solicitou ao conselheiro relator Eduardo Fernandes de Moura, representante da ABIH, que fizesse a leitura do seu parecer. “Ao CDU – Conselho de Desenvolvimento Urbano, ref. Processo 07.24067.8.07 – Projeto Urbanístico. Prezados Conselheiros, o presente processo, trata-se de um projeto Urbanístico para execução de um condomínio pró indiviso, denominado Floresta do Cupira, em área de terreno de 53.273,71 m², localizada na Granja nº 05-A, da propriedade rural Cova da Onça, Estrada da Mumbeca, Km 5, no bairro da Guabiraba. É objeto de análise por este Conselho por ter área de terreno superior a 30.000 m²,



PREFEITURA DO
RECIFE

conforme art. 61 da Lei 16.176/96. O projeto urbanístico resulta em um condomínio com 33 lotes, cada um medindo 15 x 30 m. O projeto ainda prevê a construção de guarita, estacionamento para visitantes e um salão de festas, sendo reservado para área de solo natural com vegetação 80 % da área do lote, ou seja 42.660 m². O processo foi submetido a análise da CPRH, FIDEM, GOPV, DIRMAM, COLEGIADO TÉCNICO DA PREFEITURA e CCU, obtendo parecer favorável em todas as instâncias. Entendendo que o projeto tem como estrutura básica os pilares da sustentabilidade, ou seja: ambientalmente correto, com desenvolvimento social e economicamente viável, sou favorável a aprovação como o projeto se apresenta. Recife, 26 de agosto de 2010, Eduardo Fernandes de Moura, Representante da ABIH no CDU". Em seguida, o suplente do presidente deu início ao processo de discussão, passando a palavra ao conselheiro Miguel Romualdo de Medeiros, representante do CORECON/PE, solicitou um esclarecimento sobre o nome real do condomínio. "Na apresentação o condomínio teve o nome e na relatoria, outro. Essa duplicidade poderá prejudicar o processo, na tramitação final?" Dr. Isaac explicou que não. "Pois todo pleito tem seu número de processo. O nome fictício, não é relevante". Passando em seguida a palavra à conselheira Flávia Cardoso Ferro, assessora técnica da Secretaria de Assistência Social. "Minha pergunta é sobre o projeto das casas, o recuo entre os lotes. Como isto está previsto para o Estatuto do condomínio". O arquiteto do projeto, Bruno Ferraz, falou que, "o empreendimento não é um loteamento. É um condomínio pró indiviso. O projeto urbanístico resultará em um condomínio com 33 lotes, cada um medindo 15 x 30m. Cada proprietário construirá sua casa e o projeto terá que passar pela Prefeitura". Em seguida, o suplente do presidente passou a palavra à conselheira Maria do Carmo de Albuquerque Braga – Ag. CONDEPE/FIDEM. "Ontem, me reuni, na Agência com a equipe responsável pela análise acerca das diretrizes de uso e ocupação do solo. A recomendação foi que este empreendimento passou pela Agência como uma Consulta Prévia. E, que a aprovação final se dará quando a Fidem tomar conhecimento do Projeto Urbanístico". Dando continuidade, Dr. Isaac passou a palavra ao conselheiro Félix Cantalício Sampaio de Sá, representante da ADEMI/PE, que inicialmente fez uma observação sobre a paciência do empreendedor pelo tempo de tramitação do processo, quatro anos. "Hoje, temos no município a Secretaria de Meio Ambiente, com atribuições, que anteriormente pertenciam a CPRH. Escutei dizer que cada condômino será responsável pelo tratamento do esgoto. Espero que a Secretaria cuide melhor de ações dessa natureza, do que cuidou a CPRH. Aproveito que estou com a palavra, para saber que destino tem as colocações feitas pelos conselheiros durante a reunião no CDU. Na Ata é feito o registro das falas, mas, muitas vezes são feitas colocações bastante pertinentes e não temos o retorno das mesmas, e deveríamos ter". A seguir, Dr. Isaac Azoubel passou a palavra ao conselheiro João Domingos Petribú da Costa Azevedo, representante do IAB/PE. O conselheiro iniciou fazendo o registro referente ao prazo de tramitação dos projetos. "Deveríamos fazer uma avaliação, do porquê deste tempo todo. A conselheira Maria do Carmo falou que a tramitação do empreendimento na Ag. CONDEPE/FIDEM foi apenas uma consulta prévia, e que o projeto deverá retomar à Agência para nova análise. O projeto é sustentável, responsável, talvez, não fosse necessária uma tramitação tão extensa. Aproveito minha fala para cobrar da

Prefeitura, um relatório/cronograma dos prazos em relação ao Plano Diretor, dentre outros, temos a revisão da LUOS, as várias regulamentações das ZEPAS, e etc. Isso atrasa ainda mais a vida dos empreendedores". Passando em seguida, a palavra ao conselheiro Prof. Ney Brito Dantas, representante do CREA/PE. "Recentemente estive em Mato Grosso e vi todos os problemas que existem devido ao desmatamento, e esse projeto em pauta coloca um precedente positivo, porque além de preservar, ele aumenta a área de mata no local. Endosso as palavras do conselheiro João Domingos em relação aos prazos para a implantação do Plano Diretor e os programas e projetos dele decorrentes". Neste momento, Dr. Isaac falou que, "às vezes se paga um preço pelo pioneirismo. O projeto do Condomínio, deve ter dado muito mais trabalho na sua análise, o aspecto jurídico, do que o técnico. Às vezes, se faz necessária consulta à Procuradoria". Passando em seguida a palavra ao conselheiro Bruno Cortez Uchoa de Miranda, representante da ACP, que iniciou falando que a CPRH tem um prazo de 120 dias para entregar a documentação solicitada. "Imaginem se cada órgão tivesse um prazo longo desse para analisar os processos. Quanto tempo um empreendedor teria que esperar, para ter seu processo aprovado? O empreendedor grande tem que esperar a tramitação, o pequeno faz de qualquer jeito". Concluída a discussão, Dr. Isaac Azoubel colocou em votação o parecer do conselheiro relator Eduardo Fernandes de Moura, representante da ABIH. O parecer foi aprovado com 15 (quinze) votos a favor, nenhum voto contra e 01 (uma) abstenção. Dando continuidade, Dr. Isaac passou para o terceiro item da pauta - Apresentação do projeto da **VIA MANGUE** - projeto viário da Prefeitura para a Zona Sul do Recife. Dr. Isaac Azoubel Abram, suplente do presidente do CDU. Iniciando, Dr. Isaac falou que, "a Via Mangue, é um projeto já conhecido por todos vocês. Tive a felicidade de participar do mesmo, desde a parte da definição dos conceitos, até a etapa final das contratações. Hoje, no Conselho, de forma condensada, mostrarei algumas apresentações feitas ao longo do processo." Em seguida, fez a apresentação do projeto falando do conceito da Via Mangue. Mostrou imagens das ações concluídas, em execução e a executar. Apresentou a Caracterização do contexto: - Opção imediata de acesso da região central da cidade com destino a zona sul, - Comprometimento dos níveis de circulação do corredor da Herculano Bandeira pelos portais de acesso aos bairros de Jardim Beira Rio e Brasília Teimosa, - Fluxo de passagem comprometendo os níveis de conforto da mobilidade urbana nos bairros de Boa Viagem e do Pina, Excessivos usos de comércio e serviços ao longo do corredor viário, e os conceitos gerais: - Via de capacidade e função de ligação metropolitana, - Elemento de contenção das clandestinas invasões do meio urbano, sob o ambiente natural, - Nova opção de percurso aos que se destinam ao extremo sul da cidade oriundos da região do centro e zona norte, Diálogo harmonioso com o meio ambiente natural, Apropriação máxima da infra-estrutura viária existente, Adequação aos futuros contextos previstos para região. Em seguida apresentou os Objetivos do projeto - Extinguir definitivamente as interferências na dinâmica do fluxo do corredor da avenida Herculano Bandeira (portal de acesso zona sul), Garantir o deslocamento em velocidade média de 60 km/h ao longo de toda via, Devolver aos bairros de Boa Viagem e Pina índices confortáveis de mobilidade, reabilitar estrutura viária existente e sub-utilizada. - Promover o reassentamento e urbanização de

comunidades situada ao longo da via, Implementar 5 km de ciclovia para cidade, Implementar o Parque dos Manguezais, Descortinar novas possibilidades de percepção da paisagem urbana da cidade. Em seguida, falou sobre a Audiência Pública, realizada no Geraldão, no dia 30 de setembro 2009. apresentou a planta geral do projeto, a localização, as principais características, a extensão da via, a seção transversal, o traçado e obras a executar. Prosseguindo, Dr. Isaac apresentou imagens do projeto viário, do reassentamento da população de baixa renda e a localização dos habitacionais com datas de conclusão. Como também, o número de famílias cadastradas para o reassentamento. Apresentou o programa de Saneamento, o custo total do Empreendimento e as obras executadas. Em seguida, Dr. Isaac apresentou o histórico da Via Mangue: 1. 1ª etapa: Projeto Viário Via Mangue (Túnel) - abril/06 a janeiro/08; 2. Projeto Básico Viário 2ª e 3ª Etapas - março/07 a setembro/07; 3. Projeto Executivo de 03 Conjuntos Habitacionais - julho/07 a janeiro/08; 4. O EIA/RIMA; - Elaboração – agosto/07 a fevereiro/08. - EIA Complementar - agosto de 2009. – Audiência Pública de Apresentação do EIA/RIMA - 30.09.09. - Atas de Reunião com MPU - 13 e 19.10.09; - Termo de Compromisso Preliminar entre o Ministério Público e o Município do Recife – 07.12.09; - Projeto Básico Revisado - 10.12.09; - Licença Prévia - 21.12.10; 5. Audiência Pública de Apresentação do Projeto Básico e do Processo Licitatório - 29.01.10. 6. Projeto Executivo Viário 2ª e 3ª Etapas - 11.12.09 - 07.10.10. Falou sobre as Recomendações da CPRH e do Ministério Público para a Preservação Ambiental, que serão atendidas no Projeto. Para concluir, apresentou imagens da situação atual dos conjuntos habitacionais. Apresentação em anexo. Concluída a apresentação, Dr. Isaac Azoubel deu início ao processo de discussão, passando a palavra ao conselheiro Prof. Ney Dantas – CREA/PE. *“Causou-me espanto não existir um projeto paisagístico, nem um projeto imobiliário urbano, para a área. Não ouvir falar sobre isso. A ciclovia só será agradável se existir sombra. São coisas relativamente pequenas, mas que deveriam está contempladas”*. Passando em seguida, a palavra ao conselheiro João Domingos – IAB/PE. *“Procurarei ser rápido, mas, fiz registro de vários pontos. Primeiro gostaria de uma explicação melhor sobre a questão do Aeroclube, que no mapa não ficou claro. Também, sobre a questão da arborização já citada anteriormente pelo conselheiro Ney. No SSA2, o particular é obrigado a plantar no seu terreno, logo, a Prefeitura não poderá deixar de cumprir sua parte nos locais públicos. Em relação à preservação do mangue, é claro que é importante, mas às vezes perdemos de ver um belo visual, pois o mangue está cobrindo-o. Sei também que, se um particular cortar um mangue, ele está cometendo um crime inafiançável. Gostaria de saber também, se o habitacional três, já concluído, beneficiou a comunidade local, se foi feito o reassentamento? Neste momento, o Dr. Isaac falou que as famílias contempladas foram aquelas que habitavam nas proximidades. Retomando a palavra o conselheiro João Domingos perguntou, “qual a previsão da implantação completa da Via Mangue?” Respondendo, Dr. Isaac falou que tudo ficará pronto em 2014, “assim atendendo melhor a Copa”. O conselheiro João falou que, “minha preocupação, se deve pelo fato, da Prefeitura ter se comprometido com os empreendedores do Shopping RioMar, que a Via Mangue estaria concluída antes do funcionamento do Shopping. Além dessas questões pontuais, para mim não ficou claro o traçado*

viário do Shopping RioMar, os nós, particularmente, no bairro Pina. Por exemplo, a pessoa que vem de Boa Viagem, qual o percurso que ela faz para ter acesso à Via Mangue? A pessoa que está saindo da Via Mangue, qual o percurso que faz, voltando para Boa Viagem, ou para o Pina ou para o Centro? Foi colocado que a Via Mangue não terá semáforo. Gostaria de ver um desenho com escala com todas essas situações sinalizadas. Por último, a questão da polêmica das duas faixas. versus o Corredor Norte/Sul. Pelo que entendi, com a implantação do corredor Norte/Sul, a Av. Conselheiro Aguiar voltar a funcionar no sentido que tinha anteriormente, correto? Dr. Isaac respondeu que não. Existirá um impasse entre o traçado do Corredor Norte/Sul com o traçado da Via Mangue. Por está razão, como membro desse Colegiado, gostaria que houvesse uma nova apresentação do Corredor Norte/Sul, no Conselho, dentro do contexto da Via Mangue". Em seguida, o suplente do presidente falou que, "em relação à questão do paisagismo, entendo que, será uma compensação da questão ambiental, que com certeza, constará do projeto". Neste momento o conselheiro João Domingos, solicitou que seja colocado no processo como uma exigência do CDU, a elaboração de um projeto paisagístico para a Via Mangue. Retomando a palavra o Dr. Isaac Azoubel comunicou que algumas questões colocadas hoje, ele não tem como afirmar, mas, que na próxima reunião, trará respostas. "Como urbanista, também sofro de algumas angústias em relação ao projeto. A localização da ciclovia é um exemplo disso. Tenho discutido com frequência, com os responsáveis pelo projeto executivo. São situações que ainda estamos maturando. Existe uma integração em relação às equipes do Shopping Rio/Mar e da Via Mangue. Em relação ao Corredor Norte/Sul e da Domingos Ferreira, quem está elaborando os projetos, é o Governo do Estado, que contratou a Construtora Maia Melo e o escritório de Jaime Lerner. Outra polêmica também que o Instituto vem interferindo, é no projeto paisagístico do Corredor da Av. Norte. As posturas urbanísticas vão mudar, vão para o foco do transporte coletivo, como estão o Corredor Norte/Sul, e a Domingos Ferreira". Dando prosseguimento, o suplente do presidente passou a palavra ao conselheiro Miguel Romualdo representante do CORECON/PE, que fez alguns questionamentos aos olhos da LUOS, em relação aos projetos a serem implantados na cidade do Recife. O Dr. Isaac Azoubel falou que, "é importante que se faça a revisão da LUOS, para que possamos entender melhor a Via Mangue. Temos muito cuidado com os usos. Até se preciso, entrar com Projeto de Lê, para proibição de determinados tipos de usos". Em seguida, passou a palavra ao conselheiro João Domingos – IAB/PE. "Em relação ao sistema viário, não sei quais as atribuições específicas da CTTU e do Consórcio de Transportes do Estado. Precisa-se pensar, o Corredor Norte Sul, ou outro qualquer, aliado com ao sistema viária da cidade, como um todo. Como também, se faz necessário, que os responsáveis pelos projetos Via Mangue e Corredor Norte/Sul estejam bem sintonizados". Dentro do item-5) Outros, Dr. Isaac passou a palavra à conselheira Maria Braga – Ag. CONDEPE/FIDEM, que lembrou aos conselheiros que a reunião tem um horário para começar, e quando este não é respeitado a reunião fica prejudicada, pois há certa hora, os conselheiros vão se ausentando devido a outros compromissos. "Observa-se que, os conselheiros que chegam no horário são prejudicados, esperando por quorum, que como hoje, só veio a ter às 10:00h. Faz-se necessária uma providência mais enérgica junto

àqueles órgãos que sistematicamente não estão presentes. E, que, mensalmente aguardamos por eles, para darmos início as nossas reuniões”. Antes de concluir a reunião, o Dr. Isaac comunicou aos conselheiros que por solicitação da conselheira Vania Torres, representante do CREA, foi solicitado à CTTU uma posição sobre o traçado da rua Ricardo Hardman. “O posicionamento da Companhia está em minhas mãos, mas, devido ao pequeno número de conselheiros presentes neste momento, deixarei para apresentar na próxima reunião do Conselho”. Devido ao adiantado da hora, e de comum acordo com os conselheiros presentes, Dr. Isaac deixou os itens 4 e 5 da pauta - Apresentação dos Relatórios Técnicos do ano de 2009, e do primeiro semestre de 2010, analisados na Comissão de Controle Urbanístico – CCU. Dra. Taciana Sotto-Mayor, diretora da DIRURB e Informes, para a próxima reunião. Finalizando a reunião, Dr. Isaac Azoubel Abram agendou para o dia 17 de setembro a próxima Reunião Ordinária do Conselho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 27 de agosto de 2010.

Isaac Azoubel Abram – Suplente do presidente

Taciana Maria Sotto Mayor – SCDUO (titular)

Fábio Henrique de Souza Macêdo – Sec. Finanças (suplente)

Flávia Cardoso Ferro – Sec. Assistência Social (titular)

Juliana Gonçalves C. de Albuquerque – SAJ (suplente)

Sueny Barkokebas Cavalcanti - Sec. Educação (suplente)

Ana Maria Costa Magalhães – SANEAR (suplente)

Débora Vieira Chaves Mendes – URB/Recife (titular)

Maria do Carmo de Albuquerque Braga – CONDEPE/FIDEM (titular)

Antônio Benévolo Carrilho – FIEPE (suplente)

Bruno Cortez Uchoa de Miranda – ACP (titular)

Ney Brito Dantas – CREA/PE (suplente)

Miguel Romualdo de Medeiros - CORECON/PE (titular)

João Domingos P. Da Costa Azevedo – IAB/PE (titular)

Félix Cantalício Sampaio de Sá – ADEMI/PE (titular)

Eduardo Fernandes de Moura – ABIH (suplente)

Antônio Carlos Santiago dos Santos – MNLM/PE (titular)

















